



ACÓRDÃO Nº 323/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11348/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sr. Emerson Nascimento Alves, Presidente e Ordenador de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1444/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 248/255).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Prazo. Autorização. Recomendações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, relativo ao exercício financeiro de 2016, na Gestão do **Sr. Emerson Nascimento Alves**, Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2016, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas “b”, da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas “b” e “e”, da Resolução nº 04/2002, pelas restrições descritas nos itens 2 e 3 da Informação nº 15/2018 - DICREA (fls. 215/218); restrições descritas nos itens 2, 3, 4, e 5 do Relatório Conclusivo nº 14/2018 – DICAMI (fls. 219/247), e confirmadas nos itens 1,2,3,4,5 e 6 do Parecer nº 1444/2018 – DMP – FCVM (fls. 248/255);
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Emerson Nascimento Alves**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, exercício de 2016, no valor de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), em conformidade com o previsto no art. 54, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas restrições descritas nos itens 2 e 3 da Informação nº 15/2018 - DICREA (fls. 215/218); restrições descritas nos itens 2, 3, 4, e 5 do Relatório Conclusivo nº 14/2018 – DICAMI (fls. 219/247), e confirmadas nos itens 1,2,3,4,5 e 6 do Parecer nº 1444/2018 – DMP – FCVM (fls. 248/255):
 - 10.2.1- **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à



ACÓRDÃO Nº 323/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, com a comprovação perante a este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2.2- Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3- Recomendar a Câmara Municipal de Novo Aripuanã:

10.3.1- Que é passível de multa a ausência de envio do Relatório de Gestão Fiscal ao Tribunal de Contas, conforme art. 32, II, alínea “h”, da Lei nº 2.423/96;

10.3.2- Que a atual gestão que alimente o Sistema GEFIS na sua integralidade, observando a descrição dos campos contidos no sistema, de modo a guardar lógica conexão com os demais documentos enviados ao TCE, assim como com os sistemas instituídos por esta Corte, sob pena de aplicação de multa;

10.3.3- Que a atual gestão do Poder Legislativo do Município de Novo Aripuanã que atualize os instrumentos de transparência da gestão fiscal e os divulgue na internet e/ou em seu Portal da Transparência, cuja obrigatoriedade iniciou em 27 de maio de 2013 para a municipalidade.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral